



Brasília-DF, 9 de abril de 2020.

Sr./Sra. Parlamentar:

A pandemia do novo coronavírus tem mostrado a importância de valorizar o serviço público e seus trabalhadores. Profissionais de diversas áreas fazem a diferença expondo-se ao risco não apenas na linha de frente dos hospitais, mas também nas ruas ou garantindo a preservação de serviços essenciais durante o isolamento.

No entanto, projetos que tramitam no Congresso, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, e os próprios parâmetros da reforma Administrativa, como têm sido divulgados, unicamente pelo que o governo repassa aos meios de comunicação, desprezam esse esforço.

Atacam direitos básicos e propõem a redução dos salários de servidores públicos das três esferas. Propor uma reforma Administrativa nos moldes como pretende o governo, sem sequer abrir diálogo com representantes dos servidores públicos, é propor o desmonte do Estado e o rompimento com nosso Pacto Federativo e a Constituição de 88.

Nesse contexto cabe-nos destacar ainda a importância de promover a revogação imediata da EC 95/16, conhecida como emenda do “teto de gastos”. Extremamente nociva ao País a EC que prevê congelamento de investimentos públicos por 20 anos. Só em 2019 já retirou cerca de R\$ 24 bilhões só na saúde, setor essencial ao combate da pandemia provocada pelo novo coronavírus.

O serviço público, universal e de qualidade precisa existir para atenuar o impacto dos fatores de exclusão em nossa sociedade. A eficácia das políticas públicas depende de investimentos estruturais e da valorização dos trabalhadores e trabalhadoras que nelas atuam. Pedimos seu apoio no sentido de combater medidas contrárias a esses princípios. Vamos seguir juntos em defesa de um país mais justo e solidário.

Diretoria Nacional da Condsef/Fenadsef